

91023325-44	51335847/0002-49
91057165-64	51335847/0003-20

INCLUSAS no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento, aplicável aos contribuintes considerados devedores contumazes.

- Art. 1.º A inclusão no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento implica:
- I exigência do pagamento do tributo correspondente, a cada operação, inclusive o devido por substituição tributária, observando-se ao final do período de apuração o sistema de compensação do imposto;
  - II impedimento à utilização de benefícios ou incentivos fiscais relativamente ao ICMS;
  - III exigência de apresentação periódica de informações econômicas, patrimoniais e financeiras.
- Art. 2.º Para fins do disposto no inciso I do art. 1.º, o crédito estimado para o cálculo do imposto a ser recolhido a cada operação, sem prejuízo da apuração mensal, é de 3,81 % (três inteiros, oitenta e um centésimos por cento), a ser aplicado sobre a base de cálculo do imposto.

Parágrafo único. O crédito estimado a que se refere o caput foi calculado com base na proporção entre o imposto oriundo das entradas e a base de cálculo das operações de saída, no período de janeiro a dezembro de 2024.

- Art. 3º Quando se tratar de operações de saídas realizadas nos termos do inciso I do art. 1º, os documentos fiscais emitidos deverão conter o destaque do valor integral do imposto e o pagamento do imposto deverá ser realizado mediante GR-PR, com o código de receita 1023 Regime de Controle, Fiscalização e Pagamento, nos termos do art. 118 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017.
  - Art. 4.º Em caso de descumprimento do estabelecido no art. 1.º, o fisco poderá aplicar, isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas:
  - I inclusão do contribuinte em programação de fiscalização (inciso III do § 3.º do art. 52 da Lei nº 11.580/1996);
  - II arrolamento administrativo de bens (inciso I do § 4.º do art. 52 da Lei nº 11.580/1996);
  - III proposição de Ações Cautelares Fiscais (inciso II do § 4.º do art. 52 da Lei nº 11.580/1996);
- IV- representação ao Ministério Público, observada a disciplina pertinente, sempre que for constatada a prática de ações que possam configurar, em tese, crime contra a ordem tributária, econômica ou delito de outra natureza; (inciso III do § 4.º do art. 52 da Lei nº 11.580/1996);
- V cancelamento da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS CAD/ICMS (inciso IV do § 4.º do art. 52 da Lei nº 11.580/1996), mediante relatório circunstanciado.
- Art. 5.º O contribuinte será excluído do regime especial de que trata este Ato se os débitos que motivaram sua inclusão forem extintos ou tiverem sua exigibilidade suspensa.
- Art. 6.º Em caso de alteração de denominação social, de transferência do estabelecimento, de fusão, de cisão, de transformação ou de incorporação, os efeitos deste Ato se estendem automaticamente a seus sucessores (art. 132 do Código Tributário Nacional), podendo, a qualquer momento e a critério da administração tributária ser suspenso, alterado, prorrogado ou, em caso de descumprimento, agravado.
- Art. 7.º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data da ciência, pelo contribuinte, do ato de sua inclusão.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, em 13 de outubro de 2025.

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski

Diretora da REPR

142442/2025

## **Autarquias**

### IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - Iapar-Emater

### PORTARIA Nº 348/2025 - IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019 e em decorrência do Decreto Estadual nº 11.486/2025, publicado no DIOE edição 12006 de 13 de outubro de 2025 e ao contido no protocolo 24.805.965-6.

#### RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor público ADILSON DIAS NOVAES – RG 8.XXX.389-X/PR, para exercer a função de Assessor Regional de Projetos de Apucarana junto ao Escritório Regional de Apucarana do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, a partir de 10 de outubro de 2025.

Art.2º LOTAR o servidor público mencionado no Art.1º desta Portaria no Escritório Regional de Apucarana.

Art.3º REVOGAR as Portarias eventualmente em contrário, em conflito, divergente ou redundantes em relação a presente Portaria.

> Registre-se e Publique-se. Curitiba, 17 de outubro de 2025 Natalino Avance de Souza Diretor Presidente

> > 142135/2025

## Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

#### PORTARIA Nº 349/2025 - IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR EMATER, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019 e em decorrência do Decreto Estadual nº 11.486/2025, publicado no DIOE edição 12006 de 13 de outubro de 2025 e ao contido no protocolo 24.805.965-6,

#### RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o servidor público NILSON ZACARIAS BERNABÉ FERREIRA – RG 3.XXX.472-X/PR, para exercer a função de Assessor Regional de Projetos de Maringá junto ao Escritório Regional de Maringá

Diário Oficial Certificado Digitalmente

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia
de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site
http://www.imprensaoficial.or.gov.br

do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, a partir de 10 de outubro de 2025.

Art.2º LOTAR o servidor público mencionado no Art.1º desta Portaria no Escritório Regional de Maringá.

Art.3º REVOGAR as Portarias eventualmente em contrário, em conflito,

divergente ou redundantes em relação a presente Portaria.

Registre-se e Publique-se. Curitiba, 17 de outubro de 2025. Natalino Avance de Souza Diretor Presidente

142136/2025



# Como publicar no Diário Oficial:

Para enviar a matéria, o arquivo deve estar salvo na extensão RTF ou PDF. A formatação deve obrigatoriamente ser na fonte Arial ou Times New Roman, com corpo na medida 7.

A disposição tem que ser feita em coluna na medida de 8 cm (equivale a 1 coluna) ou 17 cm (equivale a 2 colunas).

# Envio para usuários particulares

- Acesse o endereço http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/
  - Na página inicial, no campo **PUBLICAÇÕES OFICIAIS**, selecione **ENVIO AVULSO**.

## Envio para secretarias e demais órgãos do Governo

- Acesse o endereço http://www.imprensaoficial.pr.gov.br/
  - Na página inicial, no campo PUBLICAÇÕES OFICIAIS, selecione ENVIO GOVERNO.